

JOÃO NUNO BARROS

A GOVERNAÇÃO DE SOCIEDADES FAMILIARES

PERSPETIVA SUCESSÓRIA

ÍNDICE

Agradecimentos	5
Abreviaturas e siglas	7

CAPÍTULO I INTRODUÇÃO

1. Nota introdutória	9
2. Apresentação das principais questões a analisar: delimitação positiva e negativa do objeto de estudo da investigação	29

CAPÍTULO II A GOVERNAÇÃO DE SOCIEDADES FAMILIARES

1. O conceito de participação social (representativa do capital social de uma sociedade familiar)	39
2. O conceito de sociedade familiar	41
a. Definições avançadas	41
b. Características centrais das sociedades familiares.....	57
c. Definição proposta.....	66
3. O conceito de governação aplicável às sociedades familiares	68
a. Noção geral.....	68
b. Perspetiva sucessória.....	73
c. Perspetiva familiar (em especial, a governação da família)	83
d. Perspetiva societária.....	84
4. A governação de sociedades familiares	88
a. Principais desafios e especificidades	88

•

b. A criação de órgãos de índole familiar enquanto mecanismo de governação de sociedades familiares.....	112
i. A assembleia de família	113
ii. O conselho de família.....	114
c. As diferentes fases da governação de sociedades familiares	117

CAPÍTULO III A TRANSMISSÃO EM VIDA DA SOCIEDADE FAMILIAR

1. A transmissão em vida da sociedade familiar: algumas questões prévias.....	121
a. Considerações introdutórias.....	121
b. A transmissão <i>inter vivos</i> de participações sociais: em especial, as especificidades em torno do negócio de cessão de quotas no âmbito da transmissão da sociedade familiar às gerações vindouras da família	126
c. A transmissão <i>inter vivos</i> de participações sociais que constituam bem comum do casal: especificidades	131
d. Indagações acerca da admissibilidade do negócio de cessão de quotas entre os cônjuges.....	136
e. Outros aspetos relevantes em matéria de transmissão <i>inter vivos</i> de sociedades familiares	144
2. Alguns limites à autonomia privada previstos no Código Civil aplicáveis em matéria de transmissão de sociedades familiares	149
3. Sistemas de <i>family governance</i> : desafios e oportunidades subjacentes à implementação de regras de governação da família.....	152
4. O papel das liberalidades em vida na transmissão da sociedade familiar	160
i. Breves considerações introdutórias acerca do contrato de doação entre cônjuges	160
ii. Doações em vida <i>vs.</i> doações <i>mortis causa</i> : aferição do critério distintivo, os conhecidos <i>casos limite</i> e a sua relevância em matéria de transmissão de sociedades familiares	165
iii. O caso especial das doações para casamento.....	174
b. Partilha em vida.....	177
i. A pertinência do recurso à partilha em vida para efeitos de transmissão da sociedade familiar às gerações vindouras da família.....	177
ii. Algumas questões relevantes em torno da figura da partilha em vida a propósito da transmissão de sociedades familiares.....	182
iii. Em especial, a aplicação dos institutos da colação e da redução de liberalidades inoficiosas no seguimento da realização de uma partilha em vida	187
iv. A partilha em vida configura, ou não, um pacto sucessório?	191

•

v. Síntese conclusiva quanto à partilha em vida enquanto mecanismo de transmissão <i>inter vivos</i> de sociedades familiares	193
5. Algumas limitações à transmissão <i>inter vivos</i> da sociedade familiar decorrentes de normas com natureza sucessória.....	194
a. O instituto da colação como obstáculo à transmissão <i>inter vivos</i> de sociedades familiares.....	195
b. As limitações decorrentes do instituto da redução de liberalidades inoficiosas à transmissão <i>inter vivos</i> de sociedades familiares	201
c. O modo de cálculo da herança para efeitos de determinação da legítima e o seu impacto na transmissão <i>inter vivos</i> da sociedade familiar	208
6. Direito das Sociedades Comerciais: uma nova forma de transmissão em vida do património empresarial familiar?.....	211
a. A figura da sociedade comercial como nova forma de organização do património familiar e da sua transmissão à margem do Direito das Sucessões.....	211
b. A figura do protocolo familiar enquanto corolário da autonomia da vontade na organização da vida empresarial da família por referência à sociedade familiar.....	215
i. O conceito de protocolo familiar.....	215
ii. As funções e a utilidade subjacente à celebração de um protocolo familiar	220
iii. Algumas questões associadas ao regime legal do protocolo familiar: natureza jurídica, forma legal e publicidade	224
iv. O conteúdo do protocolo familiar	227
c. As cláusulas de limitação de transmissão <i>mortis causa</i> de participações sociais representativas do capital social da sociedade familiar vistas de uma perspetiva jus-societária.....	237
i. Breve enquadramento inicial.....	237
ii. As cláusulas de limitação de transmissão <i>mortis causa</i> de quotas (os arts. 225.º e ss. CSC).....	241
iii. As cláusulas de limitação de transmissão <i>mortis causa</i> de ações (os arts. 328.º e ss. CSC).....	270
iv. Notas breves quanto ao relevo das cláusulas de limitação de transmissibilidade de participações sociais no contexto da transmissão de sociedades familiares	281
v. As cláusulas de limitação de transmissibilidade de participações sociais e a sua classificação enquanto pactos sucessórios	283
d. A insuficiência do Direito das Sociedades Comerciais para, por si só, dar resposta às problemáticas sucessórias aplicáveis em matéria de transmissão de sociedades familiares	289

•

CAPÍTULO IV
A TRANSMISSÃO MORTIS CAUSA
DA SOCIEDADE FAMILIAR

1. Breve referência ao conceito de sucessão <i>mortis causa</i>	291
2. O Direito das Sucessões português	293
a. Caracterização sumária do modelo sucessório português	293
b. As espécies de designações sucessórias	296
i. Enquadramento geral	296
ii. Em especial, alguns contornos relevantes em torno da sucessão legítima	299
3. A sociedade familiar enquanto objeto de sucessão <i>mortis causa</i>	305
4. Os limites à autonomia da vontade no Direito das Sucessões	312
5. A transmissão <i>mortis causa</i> da sociedade familiar: principais constran-	
gimentos e obstáculos	320
a. Breves considerações introdutórias	320
b. O caráter imperativo da sucessão legítima e a inflexibilidade do	
seu regime legal	325
i. A inequívoca desadequação do regime jurídico da sucessão legítima-	
ria ao estado contemporâneo da sociedade	325
ii. A deserção no ordenamento jurídico português	345
iii. Soluções alternativas propostas pela doutrina	348
iv. As limitações impostas pelo regime da sucessão legítima à trans-	
missão <i>mortis causa</i> de sociedades familiares	353
c. A proibição generalizada de pactos sucessórios	358
i. Considerações introdutórias	358
ii. A convenção antenupcial e o seu relevo para a figura dos pactos suces-	
sórios	362
iii. Tipos de pactos sucessórios admissíveis no ordenamento jurídico	
português	363
iv. Questões em torno do regime jurídico dos pactos sucessórios relevan-	
tes em matéria de transmissão <i>mortis causa</i> de sociedades familiares	366
v. Considerações críticas acerca da proibição generalizada de pactos	
sucessórios	372
d. O testamento e a insuficiência subjacente ao seu regime legal	385
i. Considerações introdutórias acerca da figura do testamento	385
ii. A insuficiência do regime legal do testamento para efeitos de trans-	
missão <i>mortis causa</i> de sociedades familiares	391
iii. O testamento e a transmissão <i>mortis causa</i> de sociedades familia-	
res: algumas (pertinentes) hipóteses a considerar de <i>iure condito</i>	400
iii.a. Nota introdutória	400
iii.b. A substituição fideicomissária (arts. 2286.º e ss. CC)	401

•	
iii.c. A substituição direta (arts. 2281.º e ss. CC).....	414
iii.d. Outras hipóteses e valências legalmente previstas em sede de sucessão testamentária.....	417
iii.e. O regime da redução de liberalidades inoficiosas aplicável à transmissão <i>mortis causa</i> de sociedades familiares.....	435
iii.f. A desproteção do unido de facto.....	438
6. Planeamento sucessório e transmissão da sociedade familiar.....	439
a. Admissibilidade e limites	439
b. Alguns mecanismos existentes no ordenamento jurídico português pertinentes para efeitos de planeamento da transmissão <i>mortis causa</i> da sociedade familiar.....	441
i. Considerações introdutórias	441
ii. Mecanismos previstos em sede de sucessão testamentária: remissão.	442
iii. O (entretanto modificado) n.º 1 do art. 48.º NRJPI	443
iv. Mecanismos destinados a assegurar a exclusão de participações sociais representativas do capital social de uma sociedade familiar do conjunto de bens que respondem por dívidas dos sucessores.....	444
v. Cláusulas estatutárias e contratuais relevantes a propósito da transmissão de participações sociais (que não as admissíveis ao abrigo dos arts. 225.º e ss. e 328.º e ss. CSC).....	446
vi. A figura do <i>trust</i> e o seu relevo em matéria de transmissão de património empresarial	447
vii. O recurso à constituição de fundações para efeitos de transmissão da riqueza e do património empresarial da família às gerações vindouras	453
c. Mecanismos previstos em ordenamentos jurídicos estrangeiros: em especial, o <i>codicilo</i> brasileiro e o <i>wakaf</i> malaio	459
d. O Regulamento (UE) n.º 650/2012 do Parlamento e do Conselho de 4 de julho de 2012 (relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e execução das decisões, à aceitação e execução dos atos autênticos em matéria de sucessões e à criação de um Certificado Sucessório Europeu): um verdadeiro instrumento ao nível do planeamento sucessório?.....	462

CAPÍTULO V

UMA (NECESSÁRIA) PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO DO SISTEMA SUCESSÓRIO PORTUGUÊS EM MATÉRIA DE TRANSMISSÃO DA SOCIEDADE FAMILIAR

1. Contributos de ordenamentos jurídicos estrangeiros em matéria de transmissão <i>mortis causa</i> de sociedades familiares	473
a. Considerações introdutórias.....	473
b. Ordenamento jurídico espanhol.....	474

c. Ordenamento jurídico italiano.....	509
d. Ordenamento jurídico alemão	529
e. Ordenamento jurídico francês.....	538
f. Ordenamentos jurídicos de origem anglo-saxónica	549
g. Outros ordenamentos jurídicos com contributos relevantes para efeitos de transmissão de sociedades familiares.....	557
i. Ordenamento jurídico belga	558
ii. Ordenamento jurídico finlandês	564
iii. Ordenamento jurídico grego.....	565
iv. Ordenamento jurídico holandês	565
v. Ordenamento jurídico suíço.....	568
vi. Ordenamento jurídico argentino.....	571
2. A necessidade de criação de um sistema sucessório especificamente aplicável à transmissão de sociedades familiares: desafios e oportunidades	575
a. Considerações introdutórias.....	575
b. Alguns contributos no sentido da revisão do Direito das Sucessões com relevo para a transmissão <i>inter vivos</i> e <i>mortis causa</i> da sociedade familiar	584
c. Proposta de modelo unificado a implementar em matéria de transmissão <i>inter vivos</i> e <i>mortis causa</i> de sociedades familiares.....	593
3. A pertinência associada à criação de um código de governação enquanto mecanismo de apoio à transmissão de sociedades familiares	622
a. O papel dos códigos de governação societária: em especial, os códigos de governação de sociedades familiares	622
b. O recurso à <i>soft law</i> no domínio dos códigos de governação societária: alcance e pertinência em matéria de códigos de governação de sociedades familiares	633
Conclusões.....	637
Bibliografia.....	667
Índice jurisprudencial.....	699
Índice de relatórios, recomendações, boletins, instrumentos normativos e legislativos relevantes em matéria de sociedades familiares	701
Índice de códigos de governação societária	703
Índice.....	705



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt